

À

SCPAR PORTO DE IMBITUBA S.A.

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2020: Credenciamento de Leiloeiros

PROCESSO SGP-e: PIMB nº 3682/2020

OBJETO: Credenciamento de Leiloeiros Públicos Oficiais para atuação em eventuais leilões para alienação de bens móveis inservíveis da SCPAR Porto de Imbituba S.A., sem custo ao contratante.

LILIAMAR FÁTIMA PARMEGGIANI PESTANA MARQUES GOMES, Leiloeira Oficial, inscrita no CPF sob o nº 434.307.590,72, matriculada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - JUCESC sob o nº 402/20, vem, muito respeitosamente, em atendimento ao despacho de 29/01/2021, dizer e requerer o que segue:

A ora peticionante informa que procedeu na coleta dos documentos solicitados, tendo obtido a seguinte documentação:

1. Certidão estadual cível positiva de 1º Grau – Sistema EPROC/SC;
2. Certidão estadual cível negativa de 1º Grau – Sistema ESAJ-SC;
3. Certidão estadual cível positiva de 2º Grau – Sistema EPROC-SC;
4. Certidão estadual cível negativa de 2º Grau – Sistema ESAJ-SC;
5. Certidões narratórias de todos os processos das certidões estaduais positivas;
6. Documentação comprobatória da regularidade junto ao FGTS.

Com referência aos itens 1 e 3, cujo resultado das certidões é positivo, seguem as certidões narratórias dos processos localizados em anexo (item 5).

Salienta-se que nenhum processo versa sobre ação ou omissão da Leiloeira com relação à sua atividade, restringindo-se tão somente a questões acerca dos bens leiloados e documentação dos vendedores. Não há como impedir que os arrematantes incluam os Leiloeiros no polo passivo dos processos, pelo princípio constitucional do “livre acesso à justiça”. No entanto, convém informar que o Leiloeiro Oficial, conforme o Decreto 21.981/32, é mero mandatário do Vendedor e, portanto, ilegítimo para responder ações que discutam sobre os bens vendidos em leilão.

Quanto ao item 6, a requerente informa que não possui nenhuma pendência junto ao FGTS. O certificado de regularidade referente ao CEI 51.203.22289.0-3, de sua propriedade, válido até o dia 09/01/2021 não pôde ser reemitido em função de problema ou bug no sistema da Caixa Federal. Trata-se de inconsistência que atinge, a nível Brasil, todos os empregadores que aderiram ao parcelamento do FGTS por ocasião da pandemia do Covid19, autorizado pela Medida Provisória 927/2020.

Importante referir que os pagamentos de competência de 2020 e de janeiro de 2021 foram devidamente quitados, não havendo nenhum saldo devedor em aberto. Mesmo assim, a Caixa Econômica Federal, pelo já referido erro sistêmico, não consegue emitir o Certificado de Regularidade atualizado do CEI 51.203.22289.0-3, exceto o Certificado de Regularidade referente ao seu CPF, razão pela qual está sendo apresentado, além dos documentos acima elencados, a seguinte documentação:

- Certificado de Regularidade do CPF de nº 434.307.590-72;
- Todos os comprovantes de pagamento referente ao exercício de 2020 e de janeiro/2021.

Desta forma, o ora peticionante requer seja aceita a documentação ora anexada como comprovação de regularidade do FGTS, tendo em vista que a regularização do problema sistêmico que impede a emissão do Certificado de Regularidade dos empregadores que parcelaram o FGTS, entre eles a Licitante portadora do CEI 51.203.22289.0-3, não será concluída antes do prazo de 90 dias, conforme informações obtidas do gerente de contas da agência da Caixa Econômica Federal.

Nestes termos pede deferimento.

Itajaí/SC, 05 de fevereiro de 2021.



LILIAMAR FÁTIMA PARMEGGIANI PESTANA MARQUES GOMES